

# MODELO DE INTEGRAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL\*

Papa Matar Ndiaye\*\*

Isabel Mendes de Faria Marques\*\*\*

Ricardo Henrique Kozak\*\*\*\*

## 1 INTRODUÇÃO

Entre 1909, data da criação das Escolas de Aprendizes Artífices, e 2007, ano da criação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs), o espectro da formação profissional no Brasil mudou significativamente. De uma visão althusseriana, na qual a educação tecnológica era considerada como um instrumento de garantia da perenidade do sistema de reprodução da classe dominante, passou-se a um conceito muito mais amplo de educação profissional, tendo como vertente principal o desenvolvimento regional sustentável. A criação dos IFETs, com base no potencial instalado nos atuais Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas Federais e Agrotécnicas Federais, constitui uma etapa importante para a resolução dos gargalos encontrados até aqui. Essa modalidade educacional contempla processos de ensino e pesquisas na busca ou adaptação de soluções técnicas e tecnológicas de grande importância para o atendimento das demandas sociais. O presente artigo pretende trazer uma reflexão sobre a formação profissional como motor do desenvolvimento regional através da articulação e um sistema de interação empresa-escola-governo-sociedade.

No momento em que o país atravessa um ciclo de crescimento virtuoso, mesmo com a crise provocada pelo sistema capitalista, a discussão sobre a questão da formação de uma mão de obra capaz de atender às necessidades da indústria volta a ganhar força junto aos formuladores de políticas educacionais mediante a criação e a articulação de diversos programas de formação tecnológica. Há certo consenso hoje de que o país carece de um projeto de educação profissional e tecnológica que possa atender às novas configurações do mercado de trabalho e ao mesmo tempo influir de forma consistente no desenvolvimento

---

\* Artigo desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa *Novas Institucionalidades e Desenvolvimento Regional* da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais – Dirur/Ipea.

\*\* Pesquisador do departamento de Engenharia Química da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

\*\*\* Doutoranda em Economia da Universidade Católica de Brasília (UCB) e Bolsista do Programa Nacional de Pesquisa Econômica – PNPE/Ipea.

\*\*\*\* Engenheiro do Projepro.

regional. A discussão sobre o conteúdo curricular do ensino médio é antiga. De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), o papel do segundo grau deve ser de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o simples doutrinamento em técnicas produtivas, ou seja, o ensino médio não deve formar técnicos especializados, mas sim politécnicos. A estrutura clássica da educação profissional traz em si três vertentes: O Estado, a empresa e a escola, formando um conjunto triangular motor do desenvolvimento econômico. A criação das Escolas Técnicas Federais no final dos anos 1950 e início da década de 1960, para atender à demanda da indústria automobilística num ambiente promissor de industrialização, inaugurou a relação entre demanda do mercado de trabalho e formação profissional. Nessa configuração, fica evidente que a educação profissional depende da demanda existente e a sociedade fica refém das diferentes bolhas desenvolvimentistas que ciclicamente têm surgido no Brasil sem, para tanto, resolver o problema básico da formação profissional. O final dos anos 1990 foi marcado por um movimento de reforma da educação profissional. O Decreto nº 2.208/1997, que instituiu o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), é conhecido como a Reforma da Educação Profissional, pois o ensino médio retomou o sentido puramente propedêutico, enquanto os cursos técnicos, separados do ensino médio, passaram a ser oferecidos de forma concomitante. Este decreto trouxe, porém, vieses privatizantes, ao transferir o patrimônio público para a iniciativa privada pela reestruturação da Rede com a perspectiva de que as escolas técnicas se autofinanciassem, a partir da prestação de serviços à comunidade, e o Estado gradativamente se retirasse da sua manutenção. Somente em 2003 este sistema foi revogado por meio da Portaria nº 2.736/2003 do Diário Oficial da União (DOU). A expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica está sendo retomada com a criação de 214 escolas até 2010 e com diversos programas, tais como o Brasil Profissionalizado e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), com o objetivo de atender à grande demanda social. Somando-se às políticas públicas, a própria indústria através do sistema S – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Social do Comércio (SESC) – contribuiu significativamente na formação da mão de obra para atender suas demandas, firmando convênio com governos e empresas mediante cursos pagos. Somente em julho de 2009, houve um acordo celebrado entre o governo federal e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) tornando gratuita a maioria das vagas ofertadas nos cursos profissionalizantes do sistema S. Uma questão fundamental continua, porém, sem resposta: qual o papel da formação profissional na articulação de políticas públicas para o desenvolvimento regional?

## 2 QUESTÕES DE ARTICULAÇÃO

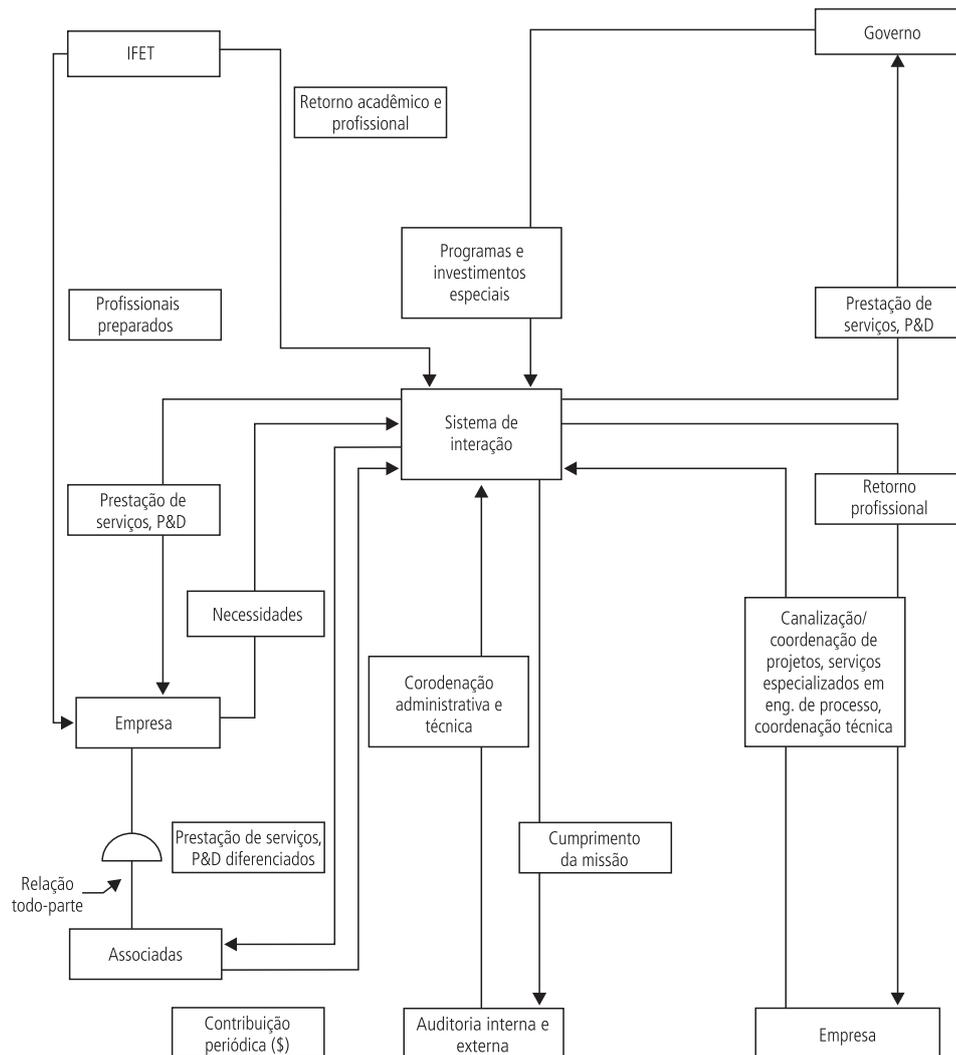
Se existe um consenso de que sem formação profissional, não há desenvolvimento local ou regional, a forma de articular as diferentes políticas nas esferas federal, estadual ou municipal tem sido o tendão de Aquiles ao longo da história. Nos últimos anos, algumas teorias econômicas, com base na territorialidade e ligadas à questão da articulação das políticas públicas, têm surgido. Para efeitos de análise, existem dois extremos. De um lado, um sistema de articulação no qual as populações são meros objetos, sendo o governo o definidor e o articulador das políticas públicas e de toda a cadeia de complementação necessária para este fim. O que deve ser feito? Quem deve fazer? Como fazer? Estas tornam-se questões-chave concentradas nas mãos de indivíduos ou grupos muitas vezes ligados aos governos estaduais e municipais, no que poderia ser chamado de uma “democracia ditatorial”. A formulação dos arranjos produtivos locais está baseada, de certo modo, neste princípio. Nesse contexto,

fica evidente que o homem torna-se um objeto-alvo do sistema de formação, alheio ao seu próprio destino, passivo tal como o Meursault, de Camus, refém de uma lógica, mercantilista e carente de qualquer vertente humanista. Os efeitos nocivos ligados principalmente à falta de coordenação/comunicação nas esferas municipais estaduais e federais ficam mais evidentes nesse tipo de articulação. Um exemplo típico desse caso é o território do Suape, na região metropolitana de Recife, onde a instalação de uma nova refinaria e de um novo estaleiro fez surgir uma alta demanda de mão de obra qualificada, mas mostrou de forma inequívoca a deficiência na questão da educação básica, prelúdio a qualquer formação profissional. Nesse contexto, é possível afirmar que a questão da formação profissional no território do Suape está sendo conduzida da mesma forma que no final da década de 1950, quando surgiu a indústria automobilística. No outro extremo, temos um sistema no qual a própria população é responsável pela articulação dos projetos regionais ou locais de desenvolvimento. Um exemplo típico desse tipo de articulação pode ser encontrado no Sul do país com as universidades comunitárias *multicampi*. De um lado, esse tipo de articulação traz benefícios evidentes com a formação de uma massa crítica, soberana e capaz de decidir o próprio rumo sem depender de qualquer doutrinação profissional. O inconveniente desta configuração reside no fato de que setores organizados da sociedade (igreja, sindicatos, Federação de Comerciantes etc.) tendem a monopolizar o centro de decisões, criando uma elite local que por sua essência e natureza é conservadora a qualquer projeto de desenvolvimento regional ou local. Entre os dois extremos podem existir uma ou mais configurações intermediárias. Pode-se citar como exemplo o Porto Digital de Recife, fruto da existência de uma demanda local na área da tecnologia da informação, mas que se tornou gerador de demanda em níveis nacional e internacional devido à alta concentração de recursos humanos, o que o difere de um arranjo produtivo local. Outro exemplo pode ser encontrado no Ceará, com a divisão do território em regiões e polos de desenvolvimento de acordo com as potencialidades geográficas ou agropecuárias. O sucesso social desses polos de desenvolvimento vai depender em grande parte da capacidade da população local em apontar e corrigir os gargalos que surgem quando se trata de formular e aplicar programas de desenvolvimento. Em todo caso, fica evidente que a questão da articulação de políticas públicas, tendo como alvo o desenvolvimento regional, possui como condição *sine qua non* de sucesso à receptividade do público-alvo. Nesse contexto, os IFETs surgem como uma oportunidade para alavancar esses polos, dando apoio tecnológico e administrativo aos pequenos produtores da região, no que pode ser chamado de extensão universitária. Isso pressupõe que eles sejam dotados de um mecanismo de ação diferente daquele em vigor na maioria das universidades federais, onde a pesquisa muitas vezes sem aplicação é muito mais valorizada do que a extensão. Um modelo de integração eficiente, moderno, flexível e socialmente sustentável possibilitará não somente a formação de uma massa crítica local apta a atender à demanda do mercado de trabalho, mas também poderá fazer o ofício de ditador “democrático invisível”, porém presente em toda a sociedade, como interlocutora para a aplicação de qualquer programa de desenvolvimento.

### 3 MODELO DE INTEGRAÇÃO

A extensão da Rede Federal de Tecnologia, os programas governamentais, tais como o Brasil Profissionalizado e outros mecanismos podem e devem alavancar o desenvolvimento local através de um sistema de integração indústria/escola/sociedade, formando um tetraedro norteado por uma sinergia de forças em um ambiente propício e voltado para a realidade local. A figura a seguir apresenta um exemplo de modelo de integração. Esse tipo de articulação possui vertentes mercadológica, acadêmica e governamental:

## Infraestrutura (parque tecnológico), mão de obra (professores e alunos)



Fonte: Elaboração própria.

- **mercadológica:** atendimento das necessidades tecnológicas das empresas de qualquer porte, melhorando a produtividade;
- **acadêmica:** através de projetos em conjunto com a escola; preparação de profissionais voltados para o mercado de trabalho com base nos potenciais da região; ofertas formativas diversificadas de preparação de docentes que possam atender à demanda através de um programa, tais como programas especiais, cursos de pós-graduação, formação em serviço e formação a distância; e
- **governamental:** opção complementar para programas oficiais, como o Brasil Profissionalizado; abertura de uma linha de apoio (por meio de agências como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para a aquisição de unidades-piloto de transformação com base no potencial de cada região, estabelecendo-se metas e um sistema de avaliação que inclua a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região.

#### 4 CONCLUSÃO

O modelo de integração apresentado tem como princípio o desenvolvimento regional através da interação governo-empresa-escola-sociedade em diversos níveis. Os mecanismos de interação vão desde a prestação de serviços até a indução de empreendedores, formando não apenas mão de obra especializada, mas também um cidadão vetor de multiplicação de ideias e conceitos novos. Nesse sentido, ele difere dos sistemas até agora concebidos para a formação profissional, em que a extensão costuma ser marginalizada em benefício de uma formação massificada e muitas vezes precária. O modelo de integração proposto é um meio seguro e eficiente de articulação de políticas públicas, evitando o desperdício de recursos e a sobreposição de programas entre as diferentes esferas de governo. Nesse sentido, pode ser considerada uma Nova Instituição.

#### REFERÊNCIAS

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação Social*, Campinas, v. 26, n. 92, 2005.

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=195&Itemid=86](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=195&Itemid=86)  
consultado em 10/11/2009.